

Diário Oficial



Cidade de Paracambi

Prefeito - André Luiz Ramalho Ceciliano



Ano IV

Paracambi, sexta-feira, 31 de janeiro de 2025

Edição 1520



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Gabinete do Prefeito



= LEI MUNICIPAL Nº 1.795, DE 31 DE JANEIRO DE 2025=

“Homologa os decretos de calamidade pública na saúde e de calamidade financeira na saúde do município de Paracambi e dá outras Providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI

Faço saber que a Câmara Municipal de Paracambi APROVOU e eu SANCIONO, a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam homologados os seguintes decretos municipais

I - Decreto n.º 5.921, de 01 de janeiro de 2025, que declara estado de calamidade pública na saúde no município de Paracambi;

II – Decreto n.º 5.923, de 03 de janeiro de 2025, que declara estado de calamidade pública financeira na saúde no município de Paracambi.

.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 31 de janeiro de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO
Prefeito





Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Gabinete do Prefeito

= DECRETO Nº 5.921, DE 01 DE JANEIRO DE 2025=

Dispõe sobre a calamidade pública na área de saúde do Município de Paracambi-RJ, onde todas as instalações de atendimento estão insalubridades e perigosas para população, além da falta de materiais básicos e insumos médicos em geral, atendimento precário à população e a suspeita de funcionários “fantasmas”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARACAMBI, Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições e demais dispositivos legais,

CONSIDERANDO que as unidades de saúde do Município de Paracambi-RJ apresentam condições extremamente insalubres, como espaços inadequados para o trabalho, ambiente precário para a realização de procedimentos médicos, ausência de manutenção regular, e falta de equipamentos essenciais para a prestação de serviços com segurança e qualidade à população e aos Servidores;

CONSIDERANDO a grave falta de insumos médicos básicos, como medicamentos essenciais, materiais de proteção individual, seringas, e outros itens indispensáveis para o funcionamento adequado das unidades de saúde, comprometendo diretamente o atendimento à população;

CONSIDERANDO a ausência de atendimento médico em diversas ocasiões e a existência de estruturas físicas deterioradas, como infiltrações, instalações elétricas expostas e precariedade nas áreas de espera e internação, colocando em risco a integridade física de pacientes e profissionais;

CONSIDERANDO que os moradores do Município de Paracambi-RJ enfrentam significativa demora no atendimento médico, seja em unidades de emergência ou básicas, o que agrava o quadro clínico de pacientes e viola o direito constitucional à saúde e à dignidade humana;

CONSIDERANDO os indícios de existência de funcionários fantasmas no quadro de pessoal da saúde municipal, resultando no desvio de recursos públicos, no agravamento da falta de profissionais nas unidades de saúde e na ineficiência dos serviços prestados à população;



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Gabinete do Prefeito

CONSIDERANDO a total falta de controle dos funcionários contratados pela Secretaria Municipal de saúde, inexistindo critérios objetivos para estabelecer: a base salarial, a lotação dos servidores, o controle de ponto bem como a existência de servidores com altos salários sem a devida comprovação de prestação de serviços pelos mesmos;

CONSIDERANDO o sucateamento dos veículos e equipamentos da secretaria municipal de saúde, dificultando a manutenção de serviços essenciais.

= D E C R E T A =

Art. 1º Fica declarada situação de emergência e estado de calamidade pública na área de saúde do Município de Paracambi-RJ, em razão das condições precárias descritas nos considerandos deste Decreto.

Art. 2º Determina-se a suspensão temporária do funcionamento de unidades médicas que apresentem risco imediato à segurança de pacientes e profissionais, sendo os atendimentos redistribuídos para unidades funcionais, garantindo que não haja prejuízo à população, conforme indicação da Comissão apuratória;

Art. 3º Será realizada uma auditoria completa no quadro de funcionários da saúde municipal para identificar irregularidades, incluindo funcionários "fantasmas", e adotar as medidas legais cabíveis.

Art. 4º Fica criada uma Comissão Apuratória, com as seguintes atribuições:

- I. Levantar e auditar os contratos vigentes, compras e estoques de insumos médicos;
- II. Mapear as unidades de saúde em condições críticas e apresentar um plano emergencial de reforma e manutenção;
- III. Garantir o cumprimento de prazos para reestruturação das instalações, com prioridade à segurança de pacientes e profissionais;
- IV. Verificar e corrigir a alocação de recursos humanos, priorizando áreas com maior demanda



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Gabinete do Prefeito

de atendimento;

V. Coordenar a implantação de medidas de combate à corrupção e aumentar a transparência na gestão pública da saúde.

Art. 5º Ato específico do Prefeito regulamentará a presente Comissão Apuratória indicando seus poderes e atribuições para que não haja prejuízo à população do Município de Paracambi-RJ.

Art. 6º Fica autorizada a celebração de convênios e parcerias com os Governos Estadual e Federal, bem como com organizações não governamentais e instituições privadas, para suprir as demandas emergenciais da área de saúde.

Art. 7º Este Decreto tem validade de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, e entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de janeiro de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO

Prefeito



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Gabinete do Prefeito

= DECRETO Nº 5.923, DE 03 DE JANEIRO DE 2024 =

“Dispõe sobre a calamidade pública na área financeira da Saúde do Município de Paracambi-RJ, haja vista a insuficiência de recursos públicos para arcar com as despesas, obras inacabadas, falta de materiais básicos para o funcionamento da estrutura da saúde municipal, além de excessivos contratos administrativos e termos aditivos injustificados”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARACAMBI, Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições e demais dispositivos legais,

CONSIDERANDO a escassez de recursos financeiros disponíveis na área da saúde, que tem comprometido a capacidade de execução de políticas públicas essenciais e a prestação adequada de serviços de saúde à população;

CONSIDERANDO a falta de estrutura adequada na saúde do município, evidenciada pela precariedade da infraestrutura das unidades de atendimento, afetando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos;

CONSIDERANDO o acúmulo de contas vencidas e a vencer por parte da administração da secretaria de saúde do município, gerando inadimplências e comprometendo o equilíbrio financeiro da gestão pública;

CONSIDERANDO a existência de diversas obras inacabadas na estrutura da secretaria de saúde do município, algumas paralisadas por longos períodos, resultando em desperdício de recursos públicos e prejudicando a população que depende dessas melhorias;

CONSIDERANDO a falta de transparência nos gastos públicos, especialmente no tocante à ausência de informações claras e acessíveis sobre a destinação dos recursos, além da celebração excessiva de contratos de licitações e termos aditivos, gerando dúvidas quanto à regularidade e eficiência da gestão financeira.





Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Gabinete do Prefeito

CONSIDERANDO que não houve transição de governo essencial a continuidade da administração pública, comprometendo a gestão dos recursos públicos e a implementação de políticas públicas.

CONSIDERANDO que o governo anterior impediu o acesso do governo eleito a informações cruciais sobre as contas públicas, dificultando o planejamento e a execução de ações imediatas para a governabilidade e prejudicando de início qualquer atividade essencial.

= D E C R E T A =

Art. 1º Fica declarada situação de emergência e estado de calamidade pública na área financeira da saúde do Município de Paracambi-RJ, em razão das condições descritas nos considerandos deste Decreto.

Art. 2º Diante da situação descrita acima, o Município de Paracambi-RJ decreta tal emergência na saúde, pois existe a remota possibilidade de não honrar em dia os pagamentos devidamente ajustados.

Art. 3º Será realizada uma auditoria completa nos serviços financeiros municipais, contratos e termo aditivos e disponibilização pública desses documentos para amplo conhecimento da população.

Art. 4º Fica instituída a Comissão Apuratória, com as seguintes competências:

- I. Realizar o levantamento e a auditoria de todos os contratos encerrados e vigentes, incluindo seus respectivos termos aditivos;
- II. Identificar e mapear despesas públicas desnecessárias, visando à otimização dos recursos financeiros;
- III. Assegurar o cumprimento integral e regular de todos os contratos essenciais à administração pública;



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Gabinete do Prefeito

IV. Verificar a adequada alocação dos recursos financeiros, promovendo os ajustes necessários, inclusive por meio de medidas judiciais, quando cabível;

V. Coordenar a implementação de ações voltadas ao combate à corrupção e ao fortalecimento da transparência na gestão pública financeira.

Art. 5º Ato específico do Prefeito regulamentará a presente Comissão Apuratória indicando seus poderes e atribuições para que não haja prejuízo à população do Município de Paracambi-RJ.

Art. 6º Fica autorizada a celebração de convênios e parcerias com os Governos Estadual e Federal, bem como com organizações não governamentais e instituições privadas, para suprir as demandas emergenciais da área de saúde.

Art. 7º Este Decreto tem validade de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, e entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de janeiro de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO

Prefeito